

almada

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

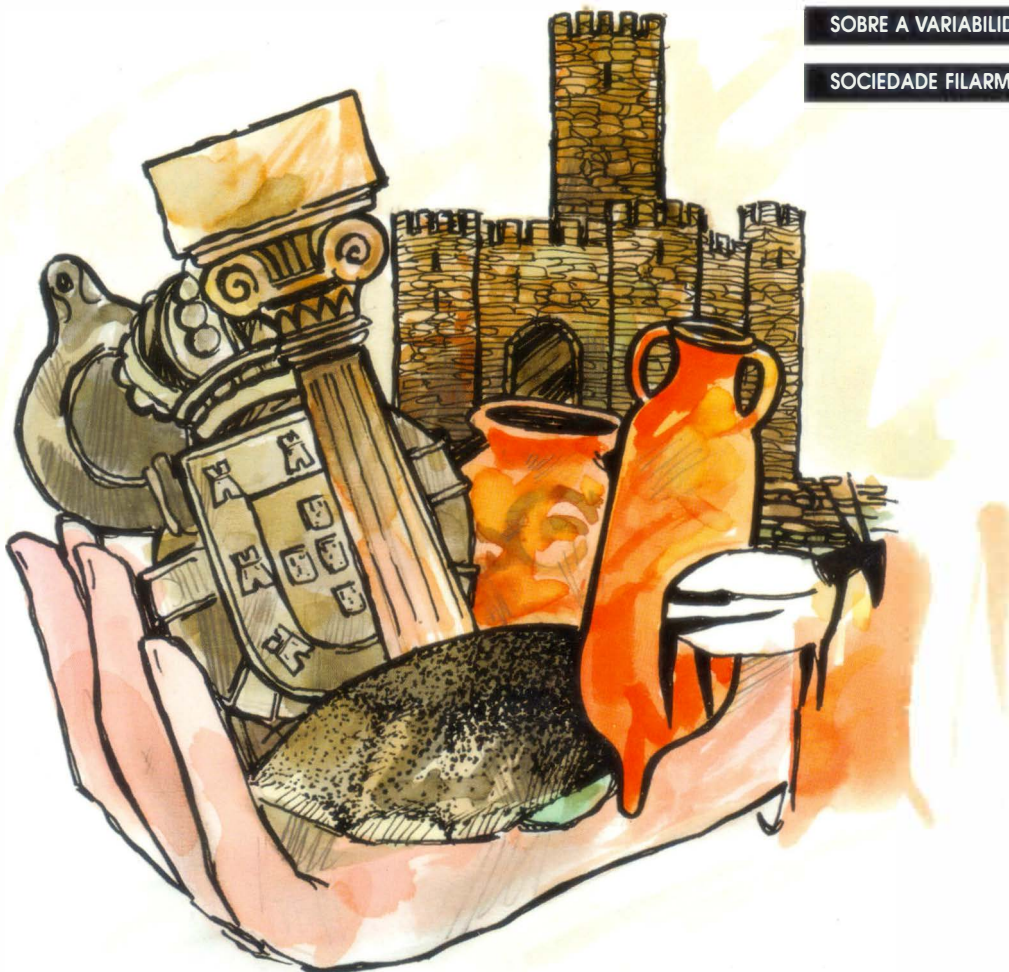
ESPECIAL Pág. 99

PATRIMÓNIO E ASSOCIATIVISMO

EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SADO Pág. 14

SOBRE A VARIABILIDADE DA CULTURA MATERIAL Pág. 69

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE Pág. 125



REPORTAGEM Pág. 77

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA
entrevista com João Zilhão e comentários à nova Lei Orgânica

No que ao âmbito desta publicação diz respeito, a criação das carreiras relacionadas com o desempenho da actividade arqueológica na função pública e o aparecimento do Instituto Português de Arqueologia, no quadro de uma ampla reformulação orgânica do Ministério da Cultura que envolveu também o IPPAR e o IPM, constituem, sem dúvida, factos marcantes do ano em curso.

Se o primeiro corresponde a uma aspiração generalizada e de há muito manifesta, já o segundo deu origem a um debate, por vezes bastante extremado, e culminou na saída de uma legislação em cuja defesa, para além dos seus promotores, poucos se empenharam. O contexto em que se desenrolou todo este processo e uma apreciação, necessariamente datada, da estrutura, atribuições, competências e futura capacidade de intervenção do novo Instituto são o tema de uma desenvolvida reportagem, onde se dá voz a João Zilhão, presidente do IPA, mas também a um conjunto de arqueólogos que, a título individual ou em representação de organismos académicos, científicos ou profissionais, manifestam posições que vão do cepticismo moderado à oposição mais ou menos radical.

Será certamente um contributo a ter em conta para que se entendam os desenvolvimentos posteriores que esta questão venha a registar.

Todavia, para além do funcionalismo público e dos (ainda poucos) profissionais liberais, a prática arqueológica portuguesa não dispensa uma significativa componente de voluntariado, materializada nos programas de ocupação de jovens desenvolvidos pelo Instituto Português da Juventude e por diversas autarquias, mas também no funcionamento de dezenas de associações abertas à participação cívica na identificação, estudo, preservação e divulgação de um número crescente de elementos “identitários” a que se atribui valor “patrimonial”. Consequência directa da democratização da sociedade portuguesa, esse movimento associativo atingiu um ponto alto nos finais da década de 70 e inícios da seguinte, mas atravessa de há muito uma fase de recessão, procurando novos caminhos que importa analisar. Para o efeito, *Al-madan* apresenta nesta edição os resultados de um inquérito que promoveu à escala nacional e que nos dá a imagem possível, em termos quantitativos e qualitativos, da distribuição no terreno das denominadas “associações de defesa do património”, da sua estrutura, valências e recursos, constituindo-se em matéria de reflexão e debate para todos os interessados nesta matéria.

Por fim, porque a transformação de qualquer disciplina científica implica o relacionamento dialéctico entre uma prática e um corpo teórico que a enquadre e com ela se enriqueça, as páginas desta revista tomam públicos alguns dos mais recentes trabalhos arqueológicos promovidos no nosso país e acolhem ainda estimulantes reflexões epistemológicas e metodológicas sobre as condições de análise da cultura material, nomeadamente no que concerne aos métodos classificatórios e ao estabelecimento de tipologias. Mantendo as características essenciais de um projecto editorial que se pretende transdisciplinar, incentiva-se também o indispensável diálogo com outras áreas do saber, da Arqueometria à História e Arquitectura, e actualizam-se informações sobre novidades editoriais, reuniões científicas e outros eventos, criando-se ainda um espaço de apoio à exploração das potencialidades que se abrem com o recurso a um meio tão poderoso quanto a Internet.

É, pois, um novo e diversificado conjunto de colaborações que agora se disponibiliza para reflexão crítica dos nossos leitores.

Jorge Raposo



CAPA: ilustração de José Santos.

Al-madan • IIª Série, nº 6 • Outubro 1997

Propriedade: Centro de Arqueologia de Almada • Apartado 603 (PRAGAL) • 2801 ALMADA CODEX • Tel/Fax: (01) 276 69 75 • E-mail: c.arqueo.alm@mail.telepac.pt

Registo de Imprensa: 108998 ISSN: 0871-066X Depósito Legal: 92457/95 Director: Jorge Raposo Conselho Científico: Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos M. da Silva e C. Tavares da Silva Redacção: Ana Luisa Duarte, Elisabete Gonçalves, Jorge Raposo, Armando Sabrosa e Francisco Silva

Colaboram neste número: Mila S. de Abreu, Jorge de Alarcão, Maria J. Almeida, Maria T. Araújo, José M. Arnaud, Nuno F. Bicho, J. Peixoto Cabral, João L. Cardoso, António Carvalho, Leonardo Charréu, Jorge Custódio, José d'Encarnação, Carlos Fabião, Paulo Félix, Carla Fernandes, Isabel C. Fernandes, Mário Fernandes, Graça Filipe, Deolinda Folgado, Victor S. Gonçalves, Fernando Henriques, Vitor O. Jorge, F. Sande Lemos, João A. Marques, Françoise Mayet, Filipa Neto, José Norton, Mário Nunes, Luís Pequito, Júlio Pereira, Isabel Pinto, Saleta da Ponte, Luís Raposo, Paulo Espírito Santo, Vitor Santos, António C. Silva, António M. Silva, Carlos T. da Silva, Eduarda M. da Silva, Joaquina Soares, Ana P. do Vale e João Zilhão

Apoio Administrativo: Ana Valente Tradução: Luis Gouveia e Luisa Pinho (inglês) e Maria Isabel Santos (francês)

Modelo Gráfico: Jorge Raposo e Paulo Buchinho Paginação electrónica: Jorge Raposo Ilustração: Jorge Raposo e Vera Almeida Cartoon: José Santos

Revisão: Ana L. Duarte, Elisabete Gonçalves, Fernanda Lourenço, Maria José Pinto e Francisco Silva

Fotolito: Roseta Impressão: Tipografia Lugo Tiragem: 2 500 exemplares Periodicidade: Anual

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Português da Juventude, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Almada e Região de Turismo de Setúbal



• SOLICITA-SE PERMUTA • ON PRIE L'ECHANGE • EXCHANGE WANTED • SOLLICITIAMO SCAMBIO •

ABSTRACT

Considerations about the Casa Branca fortified Roman grounds (Ferreira do Alentejo).

The construction is thought to have been ephemeral and destined either to control road traffic or to lessen the instability of the earlier settlement models implemented by the Romans immediately after the pacification of Hispania.

RÉSUMÉ

Quelques considérations concernant l'enceinte romaine fortifiée de Casa Branca (Ferreira do Alentejo).

On reconnaît être en présence d'une construction éphémère destinée à contrôler les voies de circulation ou à atténuer l'instabilité inhérente aux plus anciens modèles de peuplement expérimentés par les romains, peu après la pacification de l'Hispanie.

O RECINTO FORTIFICADO ROMANO DE CASA BRANCA

por Carlos Fabião (*), José Norton (**) e João Luís Cardoso (***)

à memória do nosso Amigo e Mestre
O. da Veiga Ferreira

1. Localização

O recinto fortificado romano de Casa Branca situa-se no concelho de Ferreira do Alentejo, em local com as seguintes coordenadas quilométricas Gauss: M = 202.5; P = 131.8 (C.M.P., 1/25 000, folha 498). Mário Saa refere a existência de “vilares”, designados na região por “castelejos”, embora não resulte claro se algum deles corresponderá ao sítio em apreço (SAA 1963: 66-68).

Trata-se de uma construção implantada na margem direita do barranco da Casa Branca, tirando partido de pequena ondulação de terreno junto à con-

fluência de outra linha de água com o referido barranco. O pequeno cabeço pré-existente foi significativamente alteado pelas construções que sobre ele se ergueram, elevando-lhe a altitude máxima para cerca de 100 metros.

Do ponto de vista geomorfológico, o sítio salienta-se da peneplanície ligeiramente ondulada que constitui a sua envolvência, dominando visualmente uma vasta região. Terá sido esta característica que determinou a escolha do local para a instalação da fortificação a seguir caracterizada.

➔ Figura 1:

Fotografia Aérea Vertical do recinto fortificado romano de Casa Branca (Voo FAP 84, Rolo 27, Foto nº 111).



(*) Assistente do Departamento de História da FLUL. Investigador da UNIARQ, Alameda da Universidade, 1699 Lisboa Codex.

(**) R. Tomás Alcaide, nº 6, Dafundo.

(***) Academia Portuguesa de História, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO, Sócio do Centro de Arqueologia de Almada.



◀ Figura 2:

Recinto fortificado romano de Casa Branca (Ferreira do Alentejo).

Vista do lado Norte, correspondente à zona da antiga entrada.

2. Descrição

O recinto fortificado apresenta planta rectangular, de assinalável regularidade, e foi construído com grandes blocos, não aparelhados, de rochas ígneas básicas (basálticas), disponíveis nas proximidades mas não no local, ocupado por afloramento conglomerático continental de idade miocénica (ZBYSZEWSKI 1987-88). As descontinuidades microtopográficas visíveis no terreno indiciam uma boa conservação das estruturas em profundidade, evidenciando-se ainda na actualidade consideráveis desníveis. O recinto assim definido tem as dimensões aproximadas de 80 metros de comprimento por 60 de largura, correspondendo a área regular, com suave pendor. É crível que o acesso ao seu interior se fizesse por entrada existente no lado Norte; a particular concentração de blocos ali observada sugere que a fortificação fosse reforçada naquele sector.

Pode admitir-se a existência de outras construções em torno do recinto fortificado, embora tais testemunhos se circunscrevam a fragmentos de cerâmicas de cobertura (*tegulae*).

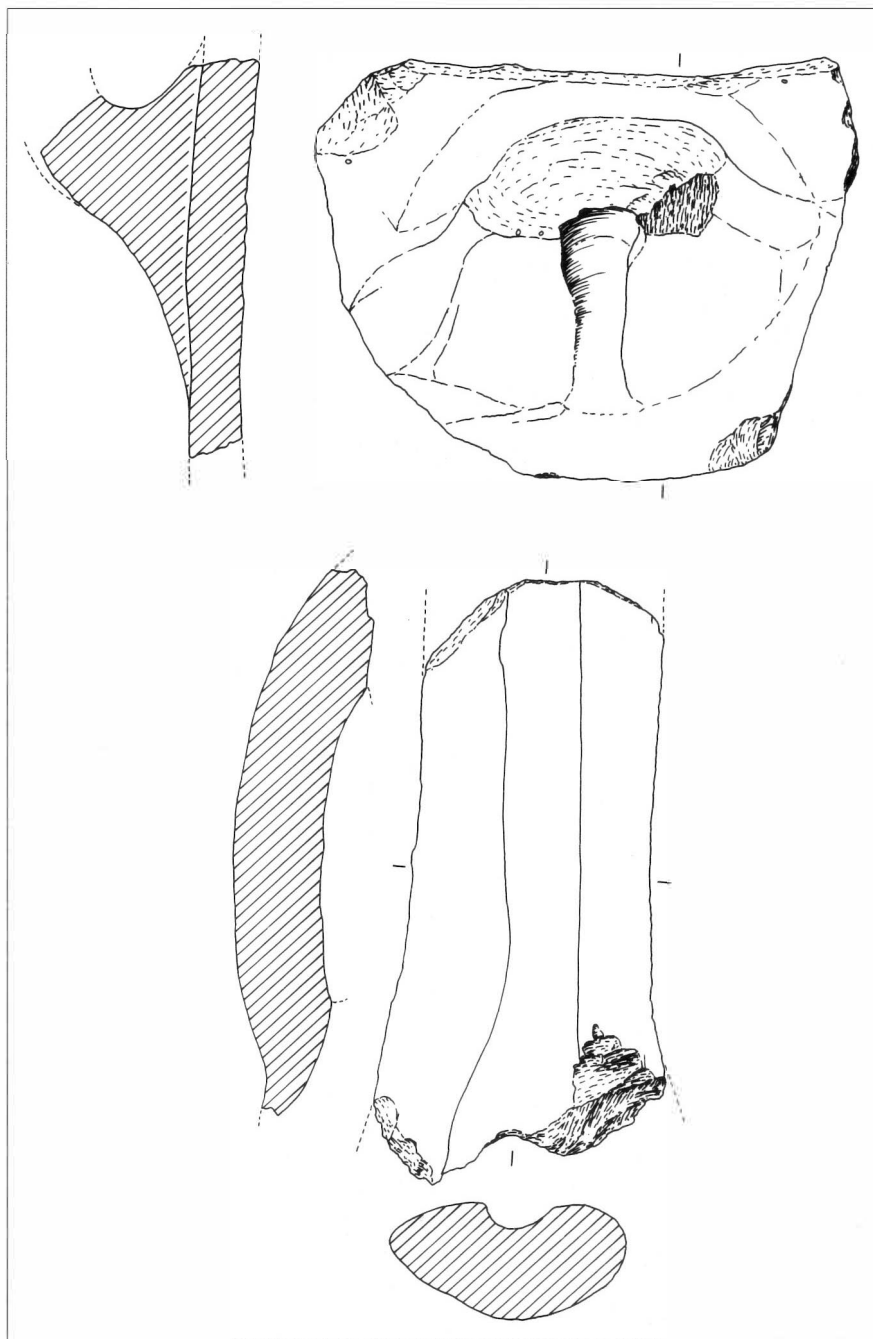
3. Espólio Recolhido

O espólio encontrado à superfície no local não se pode considerar particularmente rico ou expressivo. Resume-se a dois fragmentos de mós, blocos de escória de apreciável dimensão e fragmentos de cerâmica, indiferenciados na sua maior parte, que incluem também materiais de cobertura (*tegulae*). Do conjunto das

cerâmicas, destacamos a presença de ânforas béticas pertencentes à Classe 15 (= Haltem 70), identificável por fragmentos de asas (Fig. 3), e outros indiferenciados, provavelmente do grande grupo das formas Dressel 7/11. Particular destaque merece também parte de um fundo de almofariz de pé anelar (Fig. 4), também ele presumivelmente de fabrico peninsular. Um fragmento indiferenciado e muito rolado de “paredes finas” de época republicana, de provável fabrico itálico, reforça a ideia de uma fase antiga da ocupação romana. No domínio das cerâmicas comuns, recolhemos fragmentos de pequenos potes ou panelas (Fig. 5), de grandes recipientes com bordo de perfil sinuoso e uma pega de recipiente aberto, com a forma de um cilindro oco, directamente ligado ao bordo (Fig. 4). De referir ainda um fragmento de fundo de tigela ou prato de pé anelar, em cerâmica comum (Fig. 5).

Embora nos faltem elementos de cronologia mais estreita, alguns comentários podem avançar-se, sobretudo pela associação ânforas/almofariz. Estamos na presença de um conjunto genericamente datável de entre a segunda metade do séc. I a.C. e os meados do I d.C., época em que pontificam as ânforas originárias das regiões meridionais da *Hispania*, no contexto dos contentores de transporte. O facto de se não ter recolhido qualquer fragmento de ânfora lusitana é compatível com a ocupação antiga do local, relativamente circunscrita no tempo.

Os almofarizes de pé anelar, embora sejam frequentemente associados a contextos do período júlio-claudiano, como o exemplar de *Conímbriga*, recolhido num estrato da época de Cláudio (ALARCÃO 1976: 72 e Pl.



↑ Figura 3.

XVIII, nº 6), ou os do depósito votivo alto-imperial do Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz) (BERROCAL-RANGEL 1991: 342, fig. 7, nº 6), encontram-se também em âmbitos tardo-republicanos, como por exemplo no Castelo da Lousa, Mourão (WAHL 1985: 160 e Abb. 6, nº 9), no Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA 1973: 256 e Est. II, nº 10), na Lomba do Canho, Arganil (FABIÃO & GUERRA 1987: 292-3, nº 511), ou nas Mesas do Castelinho, Almodôvar.

As restantes cerâmicas afiguram-se de escassa utilidade para datar a ocupação do sítio, uma vez que correspondem a exemplares de formas com amplas

diacronias de fabrico. O mesmo se poderá dizer das cerâmicas de cobertura. Não conhecemos paralelos exactos para a mencionada pega, pelo que também se poderá considerar de escassa utilidade como elemento caracterizador da cronologia do local.

4. Comentário

No que diz respeito à implantação, à aparente regularidade do seu traçado e à técnica de construção utilizada, que será passível de caracterizar como “aparelho ciclópico”, o recinto aqui tratado encontra evidentes paralelos nos chamados “recintos-torre” de La Serena, Badajoz (RODRÍGUEZ DÍAZ & ORTIZ ROMERO 1986 e 1989), ou nos “recintos ciclópicos” do Alentejo Central, recentemente divulgados (CALADO 1994-95), para não falar de outros exemplos mais distantes e de mais complexa comparação, como os chamados *castella* do Baixo Alentejo (MAIA 1986), de La Carolina ou das *campiñas* de Jaén e Córdoba (MORET 1995: fig. 1).

O facto de termos recolhido um fragmento de *tegula* no exterior do recinto central pode sugerir a existência de estruturas construídas nas áreas envolventes, o que reforça a analogia com os casos citados.

Para lá da já longa discussão em torno destas estruturas, provavelmente interminável, até dispormos de informação mais abundante e sem nos atermos aos aspectos mais discutíveis da proposta do investigador francês, designadamente os que se prendem com a inclusão do Castelo da Lousa nos conjuntos considerados na área lusitana, haverá que reter um conjunto de considerações sintetizadas nos

seguintes aspectos: a cronologia destas construções, não anterior aos meados do séc. I a.C. (MORET 1995: 541-2) e suas áreas de distribuição, claramente periféricas em relação aos grandes focos de colonização urbana (*Ibid.*: 549).

O complexo em apreço foi instalado em uma zona que vem sendo tida como limítrofe do território da *Colonia de Pax Iulia* (LOPES 1996: 67 e fig. 2) e presumivelmente atravessada por importantes eixos viários romanos — quer o que fazia a ligação entre *Salacia* e *Pax Iulia*, quer por um outro que, partindo daquele, alcançava *Vipasca* (ALARCÃO 1988: 101 e

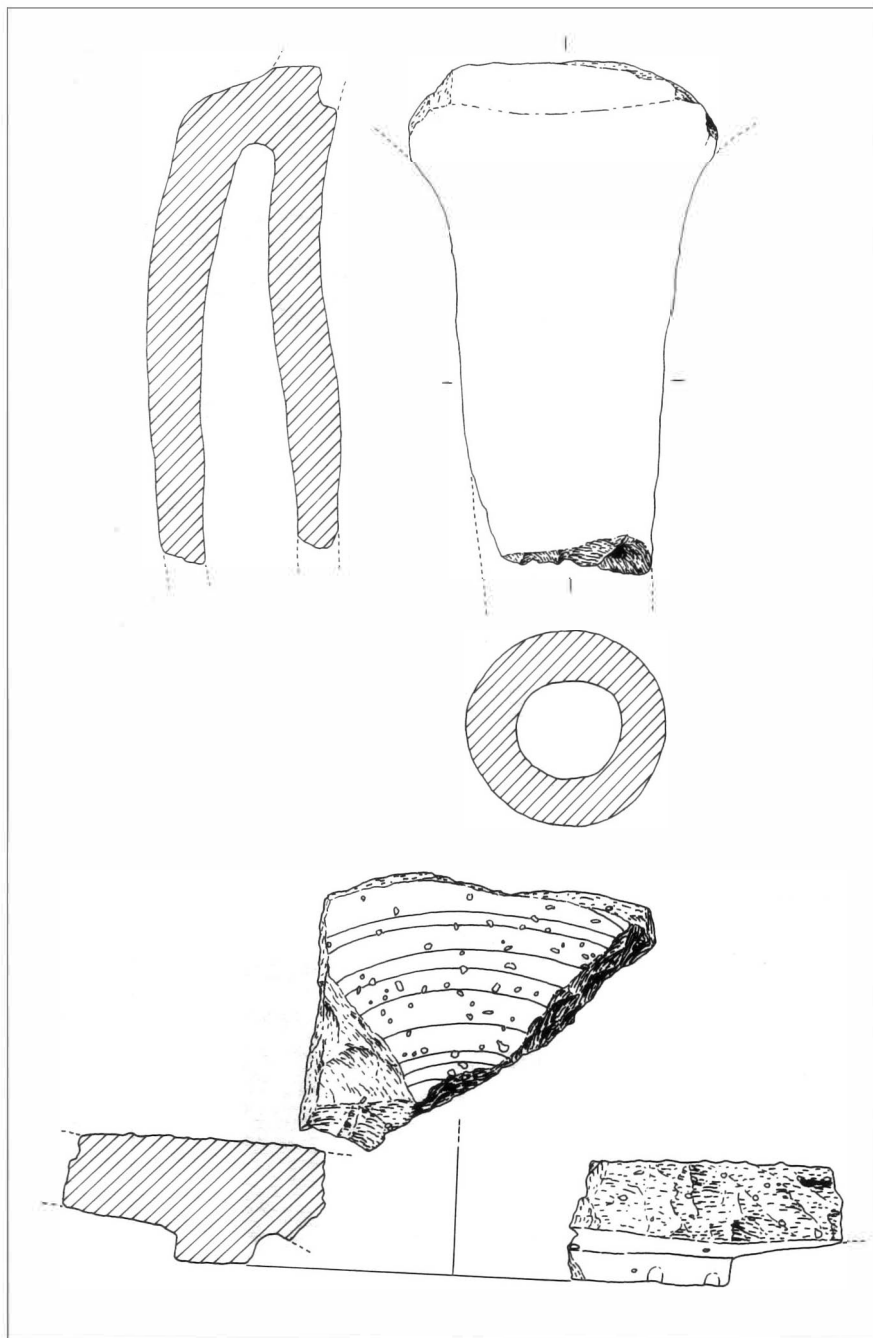
fig. 20 e a proposta de Vasco Mantas incluída no IRCP: mapa 4). Por estas razões, haverá motivos de ordem estratégica para justificar esta instalação, no âmbito de um programa de colonização do território, que se desenhava e tomava corpo na época em que o local em apreço foi construído e ocupado.

As hipóteses que nos parecem mais verosímeis para explicar e enquadrar esta estrutura são basicamente duas: ou estaremos perante uma construção destinada a controlar o eixo viário que ligava os centros acima referidos, à semelhança, por exemplo, do chamado “fortim” de Castillo del Pueblo (Cáceres), implantado junto à via que conduzia de *Metellinum* a *Norba Caesarina*, com uma ocupação que não parece ultrapassar os meados do séc. I d.C. (ALONSO SÁNCHEZ 1991); ou estamos perante um dos mais antigos modelos de povoamento ensaiados pelos romanos, na época que se segue à pacificação da *Hispania*, depois das Guerras Civis, justificando-se a sua fortificação pela instabilidade ainda reinante.

No primeiro caso, poderíamos presumir tratar-se de uma construção singular, embora com possíveis paralelos em outros locais onde se justificasse uma presença com intuítos de policiamento. No segundo, teríamos mais um caso eventualmente enquadrável num amplo movimento de ocupação territorial, um pouco anterior ou mesmo contemporâneo da instalação das mais antigas *villae* da *Lusitania*.

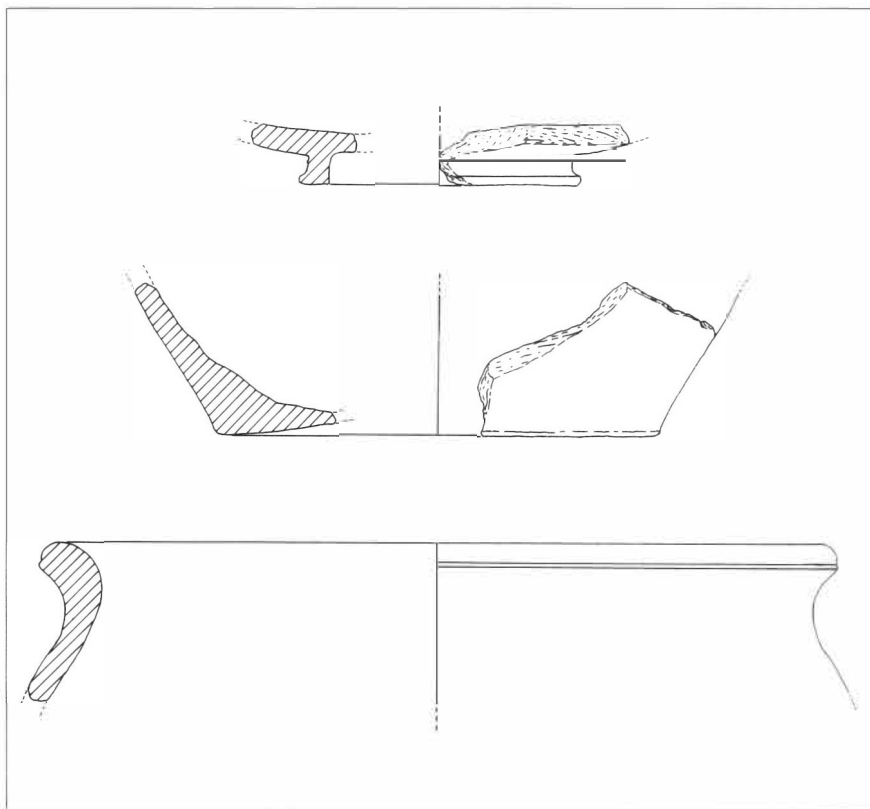
Recorde-se que nesta região há notícias de recolha de um fragmento de cerâmica campaniense, infelizmente nunca publicado, na *villa* do Monte da Chaminé (AMARO 1982: 33), o que poderia sugerir um momento antigo para as primeiras instalações deste tipo, anteriores até aos estabelecimentos da região da Vidigueira (MANTAS 1988 e ALARCÃO *et al.* 1990: 149-198), o que parece pouco credível: Varrão, um bom conhecedor dos assuntos hispânicos, deplora no seu *Res Rusticae* a instabilidade dos campos da *Lusitania* (I, 16, 2). Os primórdios da ocupação agrária romana na região de Ferreira do Alentejo — documentadas por *sigillata* itálica recolhida em Monte Velho e na Ponte de Lisboa por um de nós (J.N.) — são compatíveis com a informação disponível para aquela região do Baixo Alentejo.

Apenas com as observações de superfície e com os escassos elementos recolhidos, não se afigura fácil



↑ Figura 4.

optar por uma das hipóteses acima apresentadas. Com os dados disponíveis, aceita-se que a ocupação teve um carácter efémero, relativamente circunscrita no tempo, situação que se observa, também, tanto nos estabelecimentos militares, cuja existência deixa de fazer sentido no contexto da nova realidade provincial, como nos antigos núcleos rurais, em alguns casos ocupados somente no decurso de duas ou três gerações (ALARCÃO *et al.* 1990: 177-178).



◆ Figura 5.

Referências

- ALARCÃO, J. (1976) — “Céramiques Communes d’Importation”. In ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., dir., *Fouilles de Conimbriga. VI Céramiques Diverses et Verres*. Paris, Diffusion E. De Boccard, p. 71-77.
- ALARCÃO, J. (1988) — *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. e MAYET, F. (avec la collaboration de J.-P. Bost; G. Charpentier; V. Mantas; I. Pereira e P. Sillières) (1990) — *Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- ALONSO SÁNCHEZ, A. (1991) — “El Fortín Romano del «Castillo del Puerto». Cáceres. El Control del Territorio”. *Extremadura Arqueológica*. II: 417-430.
- AMARO, C. (1982) — “Villa Romana do Monte da Chaminé: seu enquadramento arqueológico”. *Al-madan*. 0 (1ª Série): 33-34.
- BERRICAL-RANGEL, L. (1991) — “Avance al Estudio del Depósito Voti-vo Alto-Imperial del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)”. *Extremadura Arqueológica*. II: 331-344.
- CALADO, M. (1994-95) — “Recintos Ciclópicos no Alentejo Central”. In *A Cidade de Évora*. IIª Série, 1: 275-285.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1987) — “Considerações Preliminares sobre a Cerâmica Comum do Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil”. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa: Delta, p. 287-308.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984) — *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra. Instituto de Arqueologia.
- LOPES, M. C. (1996) — “O Território de PAX IVLIA: limites e caracterização”. *Arquivo de Beja*. Série III, II-III: 63-74.
- MAIA, M. (1986) — “Os «Castella» do Sul de Portugal”. *Madrider Mitteilungen*. 27: 195-223.
- MANTAS, V. G. (1988) — “Implantação Rural Romana em torno da Villa de S. Cucufate (Vidigueira)”. *Arquivo de Beja*. 2ª série, III: 199-214.
- MORET, P. (1995) — “Les Maisons Fortes de la Bétique et de la Lusitanie Romaine”. *Révue des Etudes Anciennes*. 97 (3-4): 527-564.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ORTIZ ROMERO, P. (1986) — “Avance a la Primera Campaña de Excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena, Badajoz). El Sondeo nº 2”. *Norba*. 7: 25-41.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ORTIZ ROMERO, P. (1990) — “Poblamiento Prerromano y Recintos Ciclópeos de La Serena, Badajoz”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 17: 45-65.
- SAA, M. (1963) — *As Grandes Vias da Lusitania. O Itinerário de Antónino Pio*. Lisboa. Tomo IV.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1973) — “Ocupação do Período Proto-Romano do Povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P. (Lisboa, 1972)*. Lisboa. Vol. I: 245-305.
- WHAL, J. (1985) — “Castelo da Lousa Ein Wehrgehöft Caesarisch-Augusteischer Zeit”. *Madrider Mitteilungen*. 26: 149-176.
- ZBYSZEWSKI, G. (1987-88) — *Carta Geológica de Portugal 1: 200 000. Folha 8 (Cenozóico)*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.